

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS!

A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

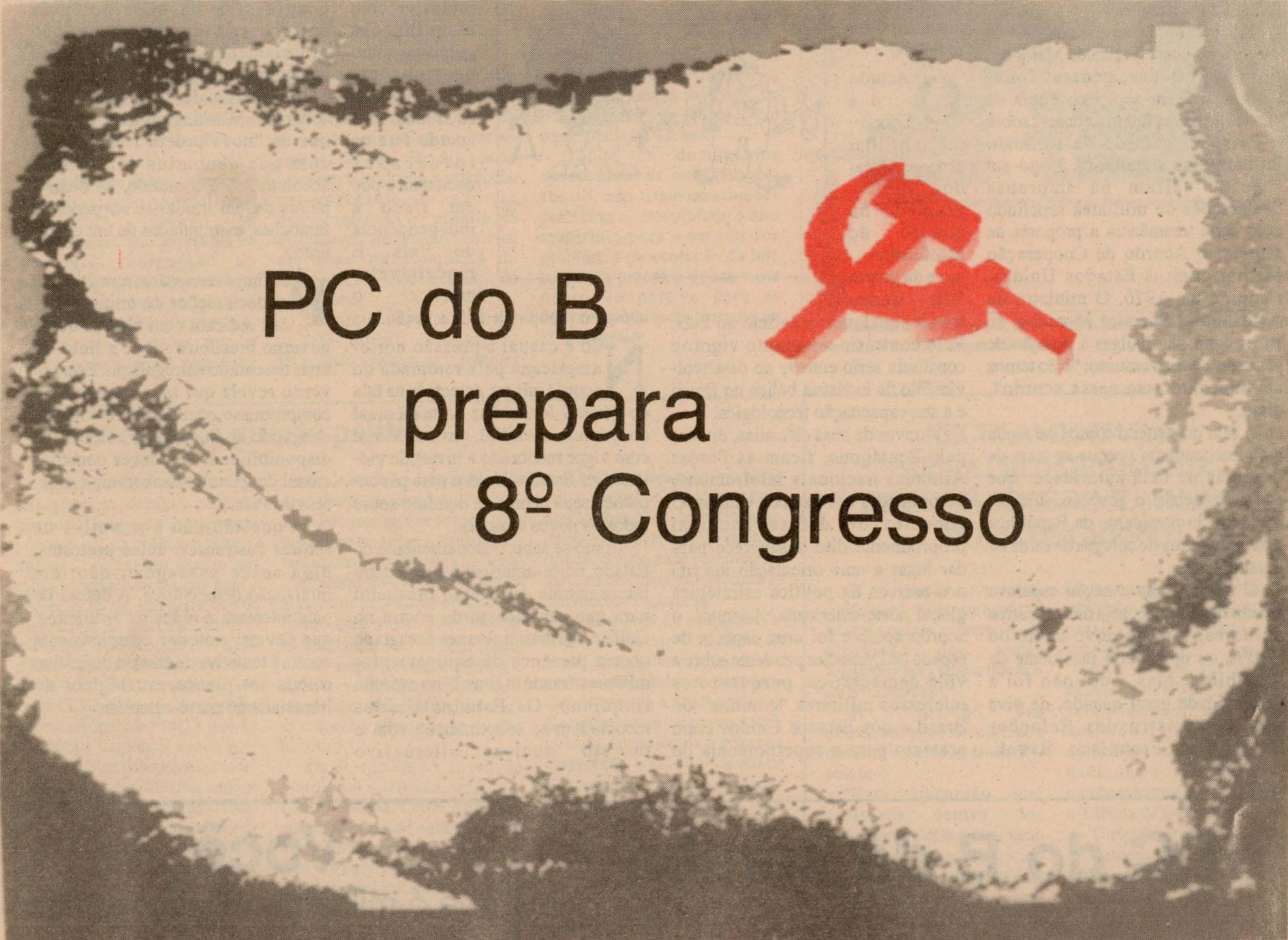
Ano 66 - VI FASE - Nº 60 - De 26 de Abril a 11 de Maio de 1991

Cr\$ 60,00

PA-AM-RO-AC Cr\$ 80,00

AS ELEIÇÕES NA ALBÂNIA

Pág 4 e 5



PC do B prepara 8º Congresso

**Dívida: Collor
faz um acordo
vergonhoso**

Página 8

**Afinal, que
caráter teve a**



**guerra do
CDM
golfo?**

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Página 6

Um acordo inaceitável

Nos últimos dias surgiram inquietantes sinais de que pairam graves ameaças à soberania nacional numa de suas mais delicadas áreas, a da defesa.

Em cerimônia de transmissão de cargo, o ex-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Jonas Correa, referiu-se à existência de "fortes pressões internacionais" sobre o País, no sentido de torná-lo militarmente subalterno. Logo em seguida saíram na imprensa declarações de militares repelindo com certa veemência a proposta de retomar o Acordo de Cooperação Militar com os Estados Unidos, rompido em 1976. O ministro da Aeronáutica, Sócrates Monteiro, se encarregou de divulgar a posição de sua arma sobre o assunto: "Não temos nenhum interesse nesse acordo", disse.

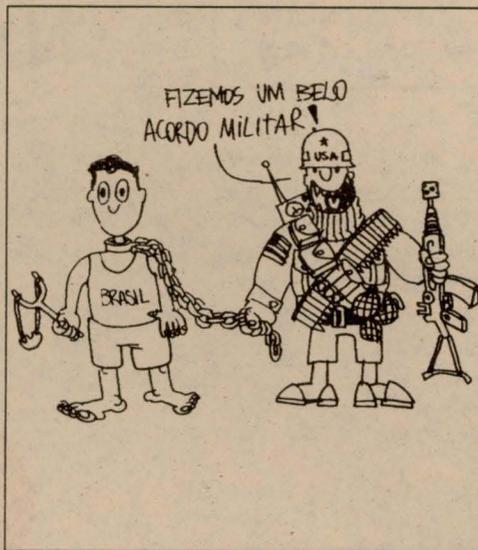
A fala do general tornou-se ainda mais preocupante porque se trata da denúncia de uma autoridade que acaba de deixar o governo, feita na presença do presidente da República e na companhia de colegas de farda de igual patente.

O mínimo que a nação esperava era um desmentido, seja dos ministros militares, seja do novo chefe do EMFA, ou do próprio presidente da República. Mas, qual não foi a perplexidade geral quando, de viva voz, o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek,

declarou que "o acordo é possível e pode acontecer a qualquer momento".

O Acordo de Cooperação Militar com os Estados Unidos, assinado no quadro do MacCarthysmo e da guerra fria, nunca trouxe qualquer benefício ao País. Pelo contrário, enquanto vigorou constituiu sério entrave ao desenvolvimento da indústria bélica no Brasil e à sua capacitação tecnológica.

Através de suas cláusulas, ditadas pelo Pentágono, ficam as Forças Armadas nacionais inteiramente subordinadas aos Estados Unidos. O conceito de defesa nacional propriamente dito desaparece para dar lugar a uma orientação inscrita nos marcos da política estratégica global norte-americana. Ademais, o acordo sempre foi uma espécie de espada de Dâmocles pendente sobre a vida democrática, porquanto os interesses militares "comuns" do Brasil e dos Estados Unidos eram pretexto para a superpotência do



Norte intervir nos nossos assuntos internos, inclusive com maquinações golpistas, como ocorreu em 1964. A todos os títulos, este acordo fere os interesses nacionais e põe em risco a independência do País. É inaceitável e merece o enérgico repúdio de toda a nação.

Não é casual a pressão norte-americana pela retomada do acordo militar, detectada na fala do general Jonas. Faz parte da atual conjuntura mundial, em que surge com vigor redobrado a investida violenta dos Estados Unidos para pôr em prática seus planos de domínio sobre todos os povos e nações.

Como se sabe, o Departamento de Estado norte-americano pressionou intensamente o governo brasileiro para que participasse da guerra no Golfo e não dissimulou seu desagrado com a presença de equipamentos militares "made in Brazil" no exército iraquiano. Os Estados Unidos incomodam-se sobremaneira com o projeto nuclear alternativo

desenvolvido pela Marinha brasileira e outros atrevimentos da indústria bélica nacional. Nada disso se combina com a política hegemônica e agressiva da superpotência norte-americana, que requer não propriamente aliados dotados de autonomia, mas parceiros submissos e incapazes de qualquer ação soberana. Washington quer mostrar que na "nova ordem", eufemismo com que denomina seu ditame absoluto sobre o mundo, os demais países devem limitar-se ao papel de fantoches, manipulados de um centro único.

Por fim, é necessário ressaltar que as declarações do ministro Rezek indicam com clareza que o governo brasileiro segue a linha do mais descarado entreguismo. Este governo revela que não tem nenhum compromisso com o povo e a nação, chegando ao cúmulo de colocar em disponibilidade seu dever constitucional de garantir a soberania e a defesa do País.

A questão não é privativa de setores castrenses, cujos protestos, diga-se de passagem, não têm motivação democrática. A defesa do país interessa a todos os brasileiros, que devem protestar energicamente contra a tentativa de atar em definitivo o País aos planos estratégicos do imperialismo norte-americano.

PC do B dá samba

O PC do B deu início à preparação de seu 8º Congresso através do programa nacional de rádio e TV, no último dia 25.

Diretor e jornalista responsável:

João Amazonas

Editor: José Reinaldo Carvalho

Redação: Antônio Martins e

Umberto Martins

Diagramação: Mazé Leite

Endereço: R. Adoniram Barbosa, 53

Bela Vista - CEP 01318

São Paulo - SP

Telefone: (011) 36-7531 e 36-0412

Telex: 11-21983

Fax: (011) 36-4104

Respondendo a perguntas que normalmente as pessoas fazem, os dirigentes expuseram, resumidamente, é claro, a orientação do Partido na análise da crise do socialismo. Não respostas acabadas, mas indicações que ajudam na discussão. Uma avaliação autocrítica mas, ao mesmo tempo, de defesa do socialismo e da revolução... O socialismo renasce todo dia, como diz o samba que serviu de trilha.

O partido afirma também, com muita ênfase sua posição de luta contra o governo Collor: "Somos oposição a tudo isso que está aí", fala João Amazonas. E Jussara Cony acrescenta: "Nós vamos é pra briga com este

entreguista".

O Partido marca sua posição combativa e chama à unidade das mais amplas forças, sem sectarismo, passando por cima das diferenças menores, em favor dos interesses maiores do povo.

A militância deve aproveitar o programa para levar a política do Partido para os trabalhadores de forma mais ampla. É preciso que diversos organismos tenham cópias em VHS para utilizar na atividade cotidiana. O próprio jingle pode servir para divulgação do Partido. A produção de um programa destes é um investimento muito grande e deve ser usado com muita dedicação.

(Rogério Lustosa)

Você

que é militante, filiado, amigo ou simpatizante do
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL,
contribua com a realização
do **8º Congresso**
colaborando financeiramente.

Envie sua contribuição para:
Partido Comunista do Brasil

— 8º Congresso —

Banco do Brasil - Agência 2809

São Paulo - SP - Conta n 4065-7.

Envie xerox do seu depósito para PC do B,
Rua Major Diogo, 834, Bela Vista, São Paulo/SP

Oitavo Congresso será em novembro

Pleno do Comitê Central convoca o 8º congresso e abre debate sobre o socialismo, tarefas do partido nos planos internacional e nacional e problemas organizativos.

Documentos abrem debate

A 11ª reunião plenária do Comitê Central do PC do B aprovou, depois de uma longa e rica discussão que durou três dias (29, 30 e 31 de março), os documentos básicos que abrem a discussão no seio do partido sobre os temas centrais do 8º Congresso.

O primeiro deles, intitulado "A luta pelo socialismo científico", aborda o revisionismo como expressão da ideologia burguesa no movimento operário, procede o balanço da luta contra o revisionismo contemporâneo e, depois de assinalar que o marxismo-leninismo é uma teoria

criadora, discorre sobre os fenômenos negativos da construção do socialismo.

Outro documento - "Problemas atuais do Brasil e do mundo" - analisa a "nova ordem" imperialista, as perspectivas da situação mundial, a crise estrutural do Brasil, seus impasses históricos e a exigência, daí emergente, de as forças democráticas e populares elaborarem um projeto nacional no rumo da conquista da liberdade, da independência e do progresso.

O comitê Central abre o debate do 8º Congresso abordando também as "Questões

de organização do Partido", documento em que são levantados os principais problemas que dificultam o crescimento partidário e indicadas as tarefas para o PC do B elevar o nível de sua atuação e consolidar suas fileiras.

Todos os documentos apresentam as questões em aberto, não tiram conclusões definitivas, constituindo assim materiais para o estudo dos problemas da evolução da luta social na presente época e um ponto de partida para as discussões que serão coroadas no 8º Congresso.



O Presidente do PC do B, João Amazonas, conclamou a militância a consolidar as fileiras partidárias.

Convenção é vitória política

O Partido Comunista do Brasil ingressa no período de preparação do 8º Congresso com uma importante vitória política e organizativa. Conseguiu preencher todas as exigências legais para a obtenção do registro definitivo da agremiação na Justiça Eleitoral. O coroamento do processo foi a Segunda Convenção Nacional, realizada em Brasília no último dia 1º de abril. Em clima de festa, delegados representando 13 dos 15 Diretórios Regionais que já possuem registro definitivo e centenas de militantes, filiados, amigos e simpatizantes estiveram reunidos no Centro de Convenções da capital da República, onde aprovaram as adaptações no Programa e nos Estatutos do Partido e elegeram os órgãos dirigentes - diretório e executivas nacionais.

A Convenção foi aberta pelo presidente nacional do Partido, João Amazonas, que fez um pronunciamento sobre a situação internacional, a conjuntura nacional e as tarefas que se apresentam na atualidade para a ação política dos comunistas. Amazonas destacou a importância de o PC do B desenvolver ampla atividade política e social, crescer numericamente e consolidar suas fileiras, a fim de se colocar à altura da sua missão histórica.

Os delegados à Convenção ocuparam a tribuna, enriquecendo o debate com opiniões acerca da situação política atual e das tarefas partidárias. Expuseram o quadro político em seus estados e relataram a atividade que toda a militância vem desenvolvendo na campanha de filiação.

Mereceu destaque, em particular, a atuação dos comunistas no Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte pelo valioso trabalho desenvolvido para completar o número de filiações e realizar as convenções regionais.

A Segunda Convenção Nacional do Partido Comunista do Brasil fez o balanço dos grandes avanços alcançados na estruturação do partido a nível nacional. Comparativamente com 1988, quando foi realizada a primeira Convenção, o PC do B elevou de 270 para 463 o número de diretórios municipais e distritais registrados na Justiça Eleitoral. Enquanto isso, as comissões provisórias, que eram 150 em 1988, são hoje 700 e o número de Diretórios regionais registrados passou de 11 para 15.

Convocação

Em seu XI Pleno, o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil decidiu convocar o 8º Congresso do Partido, a ser realizado na primeira quinzena de novembro deste ano.

O Congresso vai debater os graves problemas do socialismo no mundo, a situação internacional carregada de ameaças à paz, à liberdade e à independência dos povos, questões relacionadas com o Partido, bem como a difícil situação nacional e as perspectivas da luta no Brasil. Todos os assuntos em foco serão examinados à luz da doutrina marxista-leninista, com espírito crítico e auto-crítico, alargando os horizontes da luta revolucionária pelo socialismo científico.

Do Congresso, propriamente dito,

participarão os membros e filiados ao Partido. Haverá, porém, debates públicos aos quais serão convidados amigos e simpatizantes do PC do B, bem como pessoas progressistas.

De conformidade com os Estatutos, todo o coletivo partidário está convocado a tomar parte ativa no Congresso e a realizar esforços por fazê-lo plenamente vitorioso.

O XI Pleno do Comitê Central exprime sua confiança de que o 8º Congresso reforçará a unidade das fileiras marxistas-leninistas e dará um impulso ainda maior à luta pela emancipação nacional e social dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Brasília, 30 de março de 1991

O Comitê Central
do Partido Comunista do Brasil

REGULAMENTAÇÃO PARA A PRIMEIRA FASE DE DISCUSSÃO DOS DOCUMENTOS DO 8º CONGRESSO

A Direção nacional publicará os documentos básicos para a orientação da discussão dos temas fundamentais a serem tratados no 8º Congresso.

A discussão dos documentos será realizada durante os meses de abril a outubro.

Essa discussão será realizada dentro dos organismos e dela participarão os seus membros. As Organizações de Base deverão se esforçar para incorporar nessas discussões o maior número possível de filiados.

Os Comitês Regionais, Comitês Municipais e Comitês Distritais devem realizar palestras, seminários, debates para os comunistas em sua área, para aprofundar o estudo e o conhecimento das análises contidas nos documentos, a fim de elevar o nível político e teórico do coletivo partidário.

Essa atividade contribuirá para que na fase das Assembleias de base e conferências, nossos militantes e filiados participem efetivamente da elaboração coletiva da linha e das orientações partidárias.

Dessas atividades públicas, poderão ser convidados a participar amigos e simpatizantes.

Nos meses de julho, agosto, setembro e outubro será feita a discussão individual pública dos documentos. A Direção nacional publicará quinzenalmente nesses meses a Tribuna de Debates.

O regulamento da Tribuna de Debates será aprovado em próxima reunião do Comitê Central.

Cada Comitê Regional deverá elaborar um calendário para a realização das assembleias de base, conferências distritais e municipais de tal forma, que a Conferência Regional seja realizada até fins de outubro.

A proporcionalidade para a eleição dos delegados ao Congresso será aprovada na reunião do Comitê Central que decidirá sobre os regulamentos para a segunda fase da discussão dos documentos.

Data do 8º Congresso:
1ª quinzena de
Novembro/91

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Eleições na Albânia

PTA conquista maioria

José Reinaldo Carvalho

M. SETBOUN / RAPHO

O Partido do Trabalho da Albânia venceu as primeiras eleições multipartidárias realizadas desde a revolução popular. Conquistou a maioria esmagadora das cadeiras na Assembléia da República. Mas o resultado é contraditório e não significa a superação da crise política.

Em 31 de março último, pela primeira vez desde a revolução popular de 1944, a Albânia realizou eleições multipartidárias, fruto das mudanças operadas no sistema político e eleitoral do país. Cumpre-se, assim, mais uma etapa no processo de modificações de caráter democrático em curso na superestrutura estatal. Foi grande a participação do eleitorado (98,2% da população apta a votar compareceu ao pleito), dando densidade à disputa e uma demonstração de politização e civismo.

Concorreram 1074 candidatos às 250 cadeiras da Assembléia Popular, representando 5 partidos políticos (Partido Agrário, Partido Democrático, Partido Ecológico, Partido do Trabalho, Partido Republicano) e 6 organizações político-sociais (União das Mulheres, Uniões Profissionais, União da Juventude, Frente Democrática, Comitê Nacional dos Veteranos e a Organização Omonia de minoria grega). Disputaram ainda 17 candidatos independentes, sem vínculo partidário. Foram eleições livres, diretas, secretas e universais, assegurada a igualdade entre os concorrentes. (ver box)

Ambiente de conflagração

Se o processo eleitoral desenvolveu-se em clima de normalidade, não se pode dizer o mesmo do quadro político atual na Albânia. O pleito de 31 de março realizou-se na esteira de uma crise política de proporções inauditas nas últimas cinco décadas. Podê-se

afirmar, sem o risco de laborar em erro, que desde a invasão italiana, em 7 de abril de 1939, a Albânia jamais viveu tamanhos abalos. Instalou-se um ambiente tenso de conflagração política e social. Houve momentos em que a contra-revolução cobrou força e revestiu-se de formas violentas, como em fevereiro último, quando multidões comandadas por grupos vandálicos derubaram em Tirana a estátua de Enver Hoxha. O governo, que de cedência em cedência, independentemente de sua vontade, acabou abrindo espaço ao inimigo, quase perdeu o controle da situação. A emigração em massa de cerca de 30 mil cidadãos para a Itália e Grécia constituiu mais um elemento de tensão. O povo, o país e suas instituições chegaram às eleições literalmente traumatizados.

Nesse quadro, a realização do pleito, a garantia de liberdade para todos os candidatos, partidos, organizações políticas e sociais, bem como a fidedignidade dos resultados, são aspectos positivos, do ponto de vista daqueles que, na Albânia e no exterior, almejam a consolidação do processo de democratização no "país das águias". Quanto mais não seja, porque ficou muito evidente um propósito desestabilizador nos conflitos políticos desencadeados no período pré-eleitoral. Não foram poucas as forças, adversárias da Albânia livre e democrática, que dentro e fora do país apostaram (e ainda apostam) numa saída antidemocrática para a crise albanesa. À proporção que foi ficando factível o prognóstico



Fuga em massa de albaneses: a direita explorou as dificuldades do país. Mesmo assim, o PTA ganhou as eleições

de vitória do PTA, os agrupamentos antidemocráticos passaram a pregar o adiamento das eleições e a derrubada violenta do governo.

Uma sociedade dividida

O resultado eleitoral indica que a sociedade albanesa se encontra dividida e deixa algumas lições a serem examinadas. É inequívoco que o Partido do Trabalho da Albânia venceu com margem considerável sobre seus adversários. Alcançou maioria em cerca de 70% dos distritos onde concorreu e conquistou mais de dois terços da nova Assembléia Popular. Por outro lado, é uma vitória relativa e contraditória, porquanto os comunistas sofreram pesada

derrota na capital, Tirana, e em algumas das maiores cidades do país, onde a preferência do eleitorado foi para os candidatos do Partido Democrático. As eleições, ao passo que confirmaram a influência de militantes e dirigentes revolucionários, negaram apoio às principais lideranças do PTA, a começar pelo seu primeiro-secretário, Ramiz Alia, e o ministro do Exterior, que não conseguiram se eleger nos distritos em que concorreram. O primeiro-ministro, Fatos Nano, também uma estrela de primeira grandeza na constelação do presidente Alia, teve que ser testado em segundo turno, ganhando por pequena margem.

Este resultado mostra que se consolidou uma oposição com fortes bases sociais nas

cidades e certa capacidade de manobra na nova Assembléia - 75 deputados. A ação do PD - isto ficou evidente com as manifestações ocorridas em Shkodra logo após a proclamação dos resultados - não se limitará ao Parlamento. Sua atividade poderá multiplicar-se na razão direta em que explora a insatisfação popular nas grandes cidades e a transformação, com razoável facilidade, em grandes manifestações de massas antigovernamentais e anti-PTA.

O PD disse com clareza a que veio. A campanha eleitoral e as ações que tem dirigido revelaram o seu caráter com maior nitidez. É um partido anticomunista, cujo objetivo é a queda do PTA do poder. Defende radicalmente a

implantação do capitalismo dependente na Albânia e a submissão do país às potências imperialistas. Recebe sem disfarces ajuda, inclusive financeira, do imperialismo norte-americano. Mostrou seu caráter antidemocrático e até para-fascista ao recusar-se a admitir o veredito das urnas e ameaçar com boicote os trabalhos legislativos.

PTA, o mais popular e mais influente

O Partido do Trabalho da Albânia venceu as eleições, contrariando todas as expectativas dos círculos imperialistas, que prognosticaram um resultado semelhante ao da maioria dos países do Leste, onde a direita venceu.

A vitória do PTA, conquanto seu caráter relativo e contraditório, mostra claramente que o povo albanês não rejeitou o comunismo, não repudiou o partido comunista - malgrado os erros que este possa ter cometido no governo. Pelo contrário, o pronunciamento do eleitorado revelou que o PTA é o principal, o mais popular e mais influente partido da Albânia. Sua vitória tem a ver com aspectos conjunturais e outros de valor mais permanente.

Embora tenham concorrido muitas legendas, o pleito se polarizou entre PTA e PD. À

proporção que os acontecimentos se desenvolviam foi ficando claro o sentido geral da pregação do PD. A fúria do discurso e das ações anticomunistas soou como uma espécie de alarme da consciência para o povo albanês. A derrubada da estátua de Enver Hoxha e as repugnantes declarações a propósito do combate ao "espírito do grande imbecil" deixaram claro para a maioria do eleitorado que não estava em jogo uma simples alternância de grupos no governo, mas a própria garantia das conquistas revolucionárias que se acumulam desde 1944, patrimônio mais caro da nação.

A razão maior da vitória do PTA está nos aspectos que chamo aqui de permanentes. O albanês é um povo progressista e, não há como negar, o PTA é por ele identificado como portador das idéias da emancipação nacional e social, da revolução, do socialismo. O PTA é o partido que comandou a guerra de libertação contra os nazifascistas, construiu um novo regime, democrático e popular, forjou a independência do país e promoveu a elevação do nível de vida material e espiritual do povo. Na hora H de depositar o voto na urna, esse rico patrimônio de conquistas populares alcançadas sob a direção do PTA pesou mais do que a insatisfação com as dificulda-

des criadas pela crise econômica e muito mais ainda do que a demagogia do Partido Democrático.

O outro lado da moeda

Não se pode perder de vista, contudo, que ponderáveis parcelas dos setores mais esclarecidos da população, do eleitorado das grandes cidades, formado pela classe operária, a juventude estudantil e a intelectualidade, votou contra o PTA, não tanto por uma identidade político-ideológica com o Partido Democrático, mas talvez como forma de protesto e de manifestação de descontentamento. É certo que a insatisfação social é muitas vezes atizada pelos inimigos e semeada por ilusões provocadas pela penetração massiva das idéias burguesas e pequeno-burguesas ultimamente no seio da população albanesa. Mas nem por isso é menos profunda e tem menor legitimidade.

O descontentamento da classe operária, da juventude e da intelectualidade com o governo do PTA pode, caso não se tomem medidas profiláticas e autocríticas, inspiradas no marxismo-leninismo, converter-se numa psicose coletiva anticomunista e contagiar o conjunto da população. O PTA corre o risco de ter vencido as eleições e perder o governo,

apesar da conquista de maioria na Assembléia.

Isto porque este descontentamento não resulta apenas da propaganda capitalista ou das dificuldades econômicas atuais. É fruto das dívidas históricas do socialismo para com a época que o partido comunista protagonizou. Falta de democracia e carências sociais e econômicas acumuladas no tempo deixaram na parte mais ativa e esclarecida da população a impressão de que o socialismo é inferior ao capitalismo, o qual, pelo menos por enquanto, mostra para ela tão somente a sua face feérica. Por isso, não é despropositada a analogia que muitos (bem ou mal intencionados) fazem entre os resultados eleitorais da Albânia e da Bulgária, onde o partido dominante (revisionista) ganhou as eleições nas regiões mais atrasadas e perdeu nas cidades, não conseguiu governar, tendo que ceder, meses depois, o poder aos adversários abertamente capitalistas. Faça-se a ressalva de que não traçamos um sinal de igualdade entre o PTA e o partido búlgaro. O partido de Enver Hoxha, por maiores que sejam as vicissitudes enfrentadas, é a reserva de patriotismo e energia revolucionária da nação albanesa.

Qual o rumo da Albânia?

Este é um aspecto do impasse que vive a Albânia no período pós-eleitoral. Mas há outro, a ser melhor analisado do ponto de vista marxista-leninista. A autoridade confirmada pelas urnas pode conduzir a uma certa neutralização temporária dos inimigos e a uma consolidação das posições do PTA no governo. Mas este pode optar, premido pelas circunstâncias desfavoráveis ao socialismo, por um caminho de conciliação nas frentes interna e externa que redundaria na renúncia às conquistas revolucionárias e fazer, apenas com uma gradação mais lenta, o governo que o Partido Democrático faria. A se confirmar este retrocesso histórico, a vitória do PTA nada terá significado de positivo para o movimento revolucionário. Representaria a liquidação da Albânia democrática e progressista e a morte, abrupta ou por agonia lenta, de quem a promover.

Sobre isto, vale o alerta: mirem-se no exemplo de Gdansk e Leipzig! A Polônia, depois da vitória das forças abertamente capitalistas, está às portas do caos e da convulsão social, ao passo que na antiga Alemanha do Leste progride a pleno vapor a campanha de massas sob a consigna: "Queremos o nosso velho muro de volta!"

Pela linha que sempre seguiram, os comunistas albaneses sabem que o capitalismo e a dependência nada têm de bom a oferecer, nem hoje nem em perspectiva, ao país. Se isto não for suficiente, que observem com mais acuidade os fenômenos políticos e sociais que se estão a produzir no Leste.

Desafios da história

A objetividade de análise, o domínio da dialética, o espírito de solidariedade para com o povo albanês e as relações de camaradagem com o PTA autorizam-nos a conjecturar também outra hipótese: a de o PTA manter as posições revolucionárias num quadro desfavorável, de pressão multilateral do imperialismo e de refluxo do movimento revolucionário e comunista a nível mundial, o que impõe fazer concessões e promover recuos, tendo como limite a preservação das conquistas históricas da revolução.

São grandes e pesadas as ameaças sobre a Albânia. A situação não fica resolvida com a vitória do PTA. Em certo sentido, se torna até mais complexa na medida em que o inimigo vai reagir a partir das posições que também conquistou. Enfrentar tais ameaças com prudência, perspicácia e habilidade, sem abjurar os princípios, é o grande desafio.

Terá a direção do PTA capacidade teórica e firmeza revolucionária para vencer este grande desafio da história?

Os amigos da Albânia esperam que sim. Caberá à história confirmar.

Eleições limpas

O pleito foi acompanhado por delegações parlamentares da Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa, da Áustria, Dinamarca, França, Alemanha, Estados Unidos, Tchecoslováquia, Finlândia, Canadá, Suíça, Noruega, Suécia, Inglaterra, Turquia, Espanha, além de delegações convidadas pelos partidos políticos. Segundo a chefe da delegação da Assembléia Parlamentar do Conselho Europeu e vice-presidente do Conselho da Europa, Marcel Cornett, "Verificamos que as eleições foram normais. Estive pessoalmente em Shkodra e pelo que observei ali, posso afirmar que as eleições se desenvolveram normalmente. A minha opinião, assim como a de meus colegas parlamentares, é

que em geral as eleições foram livres e democráticas. Um de nossos colegas acompanhou as eleições nas regiões habitadas pela minoria grega, onde uma parte dos candidatos concorria pela organização político-social Omonia. Pelo que constatamos ali, eles tinham o direito de estabelecer suas candidaturas nas regiões que desejassem. Em todas essas regiões, constatamos que tudo se deu normalmente... As eleições foram muito boas e os seus resultados devem ser aceitos por todos os partidos políticos".

Ressaltamos na declaração da parlamentar europeia não só a sua avaliação geral sobre a normalidade e o caráter democrático das eleições, mas também a referência específica à ci-

dade de Shkodra, onde, sob o pretexto de contestar "irregularidades" que teriam viciado os resultados, o Partido Democrático promoveu ações terroristas que acarretaram uma tragédia a morte de 4 manifestantes. Sintomaticamente, a declaração de Madame Cornett foi feita numa coletiva à imprensa em Tirana, que estes dias tem estado apinhada de correspondentes estrangeiros, inclusive da imprensa brasileira. Por aqui, nada saiu publicado a respeito. Destaque, porém, teve a porta-voz do Departamento de Estado dos Estados Unidos (ela não foi à Albânia) que manifestou "estranheza" pela "demora" de dois dias para a proclamação do resultado. Mas isto da imprensa é outra história...(JRC)

O caráter da guerra no Golfo

Qual o caráter da guerra levada a efeito pelos Estados Unidos, com o apoio das demais potências imperialistas, contra o Iraque? Embora possa parecer simples, a verdade é que a resposta a esta pergunta tem revelado opiniões bem distintas e não apenas entre as forças que se situam à esquerda ou à direita do leque político. O que se explica pela forte divergência de interesses. Também entre as forças e partidos progressistas da atualidade observam-se profundas diferenças na apreciação do problema e muitas, muitas confusões.

Diverge-se sobretudo na avaliação do significado da luta travada pelo povo e pelo governo iraquiano contra as forças imperialistas. Há inclusive, no seio das forças de esquerda, quem enxergue na conduta de Sadam Hussein intrincadas artimanhas e conspiração a serviço do imperialismo ianque, sendo a guerra um jogo de cartas previamente marcadas e os interesses que entraram em choque caracterizados por um sinal de equivalência.

Divergências

Não é de estranhar a ocorrência de divergências na apreciação de fatos políticos de relevância histórica, uma vez que, especialmente em tais casos, (e a guerra no Golfo sem dúvida é um deles), a consciência dos indivíduos e classes sociais sofre uma poderosa mediação dos interesses em jogo. Nos dias atuais, e no conflito em questão, o poder da propaganda colocada a serviço das classes dominantes não pode ser subestimado, é preciso reconhecer tanto sua capacidade de influenciar (e mesmo formar) o senso comum de amplas massas quanto a de confundir também as forças de vanguarda ligadas ao movimento popular.

Os Estados Unidos buscaram apresentar sua "epopéia" como uma luta entre a democracia e o autoritarismo, a civilização contra a barbárie e coisas do gênero. Nada mais apropriado à propaganda ianque num momento em que o liberalismo é vendido a todo o mundo como a quintessência da sabedoria e da moralidade humana. Assim, a forte imagem de um Sadam Hussein sanguinário e com uma ambição comparável à de Adolf Hitler convenceu não apenas mentes mais inocentes. Infelizmente influenciou também personalidades e organizações compromissadas com os interesses populares.

Na verdade, para compreender os interesses que se digladiaram no Golfo é preciso enxergar um pouco além das imagens projetadas pelos interesses das forças imperialistas. Diz-se que Ocidente e Oriente são dois mundos distintos e que é preciso penetrar (por pouco que seja) na alma oriental para entender seus motivos e normas. Também isto não deixa de conter elementos de verdade.

Não é correto, de fato, apreciar as sociedades do Oriente Médio exclusivamente com base em conceitos e preconceitos formados no que conhecemos hoje



A destruição do Iraque pelas forças imperialistas vem sendo obscurecida com a propaganda oca contra Sadam Hussein

como o mundo ocidental, especialmente na Europa. E isto, mesmo porque, fora as apreciáveis diferenças culturais, a história da região correu, de certa forma, em um tempo diferente e com condicionalidades igualmente diversas. Tomemos, como exemplo, a formação das nações na região. Foi um fenômeno por demais recente, que só encontra paralelo na África, sendo que a maioria dos países árabes só obteve a independência (formal, política) ou seja, superou o status colonial, após a Segunda Guerra. Era de se esperar, conseqüentemente, um movimento nacional carregado de particularidades e contaminado pelas tradições locais. Tanto do ponto de vista político quanto nas características do modo de produção vigente no Oriente Médio sobrevivem traços que patenteiam atrasos seculares daquelas sociedades se as comparamos ao que há de mais moderno na história atual.

Movimento nacional

A penetração do capitalismo na região, por meio das relações estabelecidas basicamente à força pelos monopólios imperialistas, tem-se dado em combinação com formações sociais e políticas retrógradas, ao mesmo tempo em que, modernizando a produção, cria novas forças e categorias (econômicas e sociais) que as contradizem. Como de resto em toda história mundial, também no Oriente Médio o movimento nacional é produto do desenvolvimento do capitalismo, e no caso já surge em contradição com as formas de domínio impostas pelo imperialismo. Seu primeiro resultado é o fim do colonialismo, que coincide com a decadência relativa do império britânico.

Não se pode esquecer que o controle

imperialista daquela região, a exemplo do que acontece em outras áreas do planeta, baseia sua estrutura precisamente no que existe de politicamente mais atrasado e reacionário. As monarquias do Golfo, destacadamente as da Arábia Saudita e do Kuwait, constituem uma ilustração eloqüente desta verdade.

Nas condições do Oriente Médio, ao contrário do que a propaganda imperialista faz crer, o Iraque é o país que mais se desenvolveu, seja do ponto de vista econômico (com uma população predominantemente urbana, 72% do total em 1987, segundo informações do Banco Mundial; uma indústria relativamente desenvolvida) seja político e social (Estado laico, quase como a única exceção, e a menor taxa de analfabetismo).

Foi este desenvolvimento que o capacitou a ambicionar a liderança da região, ou pelo menos a liderança dos países árabes, pretensão que explica a procura desesperada de uma saída para o mar e que desaguou na guerra contra o Irã e, em agosto do ano passado, na ocupação do Kuwait. É controversa a reivindicação iraquiana sobre o território kuwaitiano e, sem dúvida, condenável a ocupação efetuada pela Guarda Republicana. Porém, ficar preso apenas a estes aspectos da questão, fazendo coro com a propaganda de cunho imperialista contra Sadam Hussein, é como ver a árvore e perder a perspectiva da floresta.

Resistência

O fato é que a resistência do governo e do povo iraquiano contra as imposições dos Estados Unidos e das potências que a eles se aliaram teve caráter objetivamente antiimperialista e neste sentido

Devia ser óbvio que o próprio movimento do Iraque na direção da liderança dos países árabes do Oriente Médio, assim como sua transformação numa potência militar de peso, capaz de fazer frente a Israel, constituía, por si só, uma intolerável ameaça aos interesses imperialistas hegemônicos pelos Estados Unidos e mais um elemento de grande desequilíbrio para sua estratégia na região, que havia sido fortemente abalada com a derubada do xá Reza Pahlevi pela revolução persa de 1979.

Já em 1983 o ex-presidente norte-americano Richard Nixon profetizava a invasão do Iraque em seu livro "A verdadeira guerra", notando: "O Iraque extremista representa hoje a mais poderosa força militar do Golfo. Seus efetivos são esmagadores, em termos estritamente regionais" (...), recomendando "uma forte presença militar e mesmo uma intervenção armada" norte-americana para manter o "equilíbrio" na região. Registre-se que, à época, os EUA aparentemente apoiavam o Iraque na guerra contra o Irã.

Por fim, cabe ver, tanto em seu significado presente quanto em suas perspectivas, o papel e a posição adotada pelas massas populares da região, sobretudo os árabes (e, neste caso, até os da África) mas também no próprio Irã. É sabido que milhões de pessoas foram às ruas em manifestações contra a presença de tropas norte-americanas, apoiando a resistência iraquiana e, mais, que Sadam Hussein foi transformado em um herói da luta nacional, tendo ele próprio baseado a estratégia de resistência na reserva de forças representada pelas manifestações populares, pensando unir o mundo árabe contra o imperialismo, o que não se concretizou. A propaganda imperialista apresenta os povos da região como um bando de fanáticos, pouco instruídos, enfim, sob um ângulo racista. Mas não é bem assim. O movimento das massas árabes no conflito expressou interesses genuínos, profundos, justos e poderosos, de efetiva independência e soberania sobre a vida e as riquezas do Oriente Médio. O ódio contra o imperialismo, sobretudo o imperialismo norte-americano, demonstrado pelos povos da região durante o conflito não é em vão, nem destituído de efeitos. Sabe-se que a história é obra de milhões e também marcha além de uma ou outra batalha, uma ou outra derrota ou vitória. O sentimento e os interesses antiimperialistas ainda terão outros desdobramentos.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois (Umberto Martins)

O ABC testa a greve inteligente

Bernardo Joffily*

Como em tantas outras ocasiões, a região do ABC voltou a mergulhar numa forte maré grevista na 2ª quinzena de abril. Os trabalhadores dos transportes coletivos fizeram uma impressionante paralisação, a segunda em duas semanas, que tirou virtualmente todos os ônibus das ruas e os metalúrgicos, os heróicos metalúrgicos do ABC, que estão em campanha salarial, entraram em greve nas três bases sindicais da região:

Em São Bernardo e Diadema, em Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra; e também em São Caetano.

Greves metalúrgicas no ABC não são propriamente uma novidade. Desta vez, porém, apareceram alguns elementos novos que merecem comentários. O primeiro foi a greve em São Caetano, uma grande base metalúrgica, com 25 mil trabalhadores, sendo que 12 mil concentrados na General Motors. Ali a paralisação pois fim a cinco anos de pasmaceira (no fim do ano passado já houvera um prenúncio, na GM, de que as coisas estavam para mudar em São Caetano).

Os sindicatos dos Metalúrgicos da cidade, depois de muitos anos de um peleguismo quase mafioso, sob o comando do famigerado João Lins, também mostra mudanças, de direção e de estilo. Seu presidente atual, o Cidão, rompeu com João Lins, vinculou-se à Força Sindical de Luiz Antônio de Medeiros, assumiu a greve e trata de mostrar serviço, mais ainda porque haverá eleição no sindicato em maio e João Lins lançou uma chapa na tentativa de voltar ao trono. A evolução dos acontecimentos em São Caetano tende a trazer mudanças inclusive para o projeto do Sindicato Único dos Metalúrgicos do ABC, uma proposta lançada pelas diretorias de São Bernardo e Santo André e abraçada com entusiasmo pela base operária de toda a região.

A ultra novidade da safra grevista surgiu em São Bernardo e foi batizada de "greve estratégica" ou "greve inteligente". Consiste em substituir a paralisação massiva de toda a categoria por greves apenas nos setores vitais

(ferramentaria, manutenção) e somente nas empresas líderes (montadoras de automóveis por exemplo).

"Greve estratégica", proposta pela diretoria de São Bernardo e não adotada pelo sindicato de Santo André, gerou polêmica e contestações. Uma parcela dos metalúrgicos argumentava que ela incentivaria o fracionamento da categoria, que há anos não faz uma greve de conjunto. Mas na assembleia de 13 de abril, que decidiu a paralisação a partir do dia 15, a grande maioria acompanhou a direção do sindicato e resolveu experimentar a nova tática. A principal justificativa era que desta forma os trabalhadores que não se declararam em greve não perdem seus salários.

O resultado prático da experiência foi desigual. A Volkswagen, principal fábrica do ABC, seguiu à risca o esquema e conseguiu paralisar a produção. Já a Ford (que junto com a Volks compõe a Autolatina) não aderiu ao movimento e continuou trabalhando normalmente. Na Mercedes Benz a "greve estratégica" chegou a parar a montagem final de caminhões mas o grosso da produção prosseguiu. Outras empresas de grande e médio porte, como a Brastemp, Scania, Metal Leve, Maxion, terminaram fazendo greve mesmo, sem largar mão da "greve inteligente". O movimento não chegou a se espalhar pelas empresas pequenas.

O grau de "inteligência" da inovação tática ainda está por ser medido e depende de um balanço do movimento na sua totalidade. No momento em que fechamos esta edição, há sinais ainda não conclusivos de que a greve caminha para um desfecho mas não se conhece se o resultado em termos salariais. No entanto, em matéria de coesão e avanço da consciência de classe da categoria, é visível a diferença entre os frutos que se obtêm agora e os que se conquistaram, por exemplo, nas históricas greves de 1979-1980, que projetaram os metalúrgicos de São Bernardo como pontas-de-lança da luta operária em nível nacional.

*jornalista, colaborador de Classe

A GREVE GERAL NA ORDEM DO DIA

Sérgio Barroso

I

No último dia 21, o jornal "O Estado de São Paulo" publicou uma pesquisa surpreendentemente verdadeira: 81% dos entrevistados declararam enfática insatisfação com o governo Collor. O "Estadão", impressionado, contrasta a pesquisa com os elevados índices de apoio conferidos ao presidente em março de 1990.

Um ano de governo foi suficiente. A desgraça do desemprego multiplicou rapidamente a multidão de deserdados. Operários e assalariados raspam o fundo da panela para enfrentar o batente, sob o torniquete de um arrocho salarial brutal.

O governo não alimenta qualquer esperança de dias melhores para os trabalhadores. Ao contrário, a recessão acelera o passo. O salário mínimo se aproxima dos 20% do valor de 1940. Várias categorias acumulam perdas que beiram os 500%. A proposta de política salarial agora apresentada reafirma o caráter retrógrado e

marcadamente

anti-operário da política econômica do Planalto.

Mais ainda. O "projeto" anunciado, uma descarada declaração vende-pátria, prevê o aniquilamento da estabilidade dos servidores públicos.

II

A greve geral dirigida pelos portuários em Santos; a paralisação dos petroleiros a maior da história da Petrobrás; o grande combate dos metalúrgicos do ABC contra os monopólios imperialistas dos automóveis, todas mobilizações de largo fôlego, vêm encorpar uma rede de greves em defesa do salário e do emprego. Isoladas, as batalhas não têm conseguido agrupar essa onda de protestos em direção contrária à orientação governista.

Entretanto, não se pode adiar mais a realização de um enfrentamento global, de massas, à política neoliberal que busca impor o síndico de Brasília.

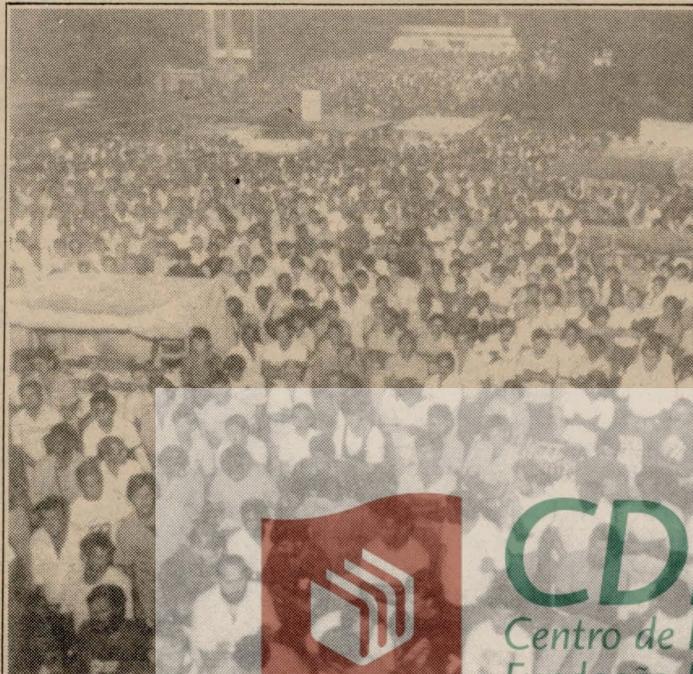
III

Em fins de março, em reunião ampliada da Direção Nacional da CUT, deliberou-se uma "jornada de abril rumo à greve geral contra a política econômica de Collor". A acertada decisão não se deu sem polêmicas. O debate ficou polarizado em relação à data da greve, ao seu conteúdo e à organização necessária para a batalha. Fixou-se a "primeira quinzena de maio" como indicativo e elegeu-se o governo como alvo, resoluções no fundamental ajustadas. E nos dias 27 e 28 de abril, nova reunião ampliada da CUT ultimarão os preparativos para a greve.

A Coordenação Nacional da CUT considera que as condições políticas para a greve geral estão amadurecendo. Que apostar numa outra forma de luta, neste momento, não seria maneira de responder à altura da insatisfação dos trabalhadores contra esse governo lacaio do grande capital. Que embora exista ainda certa desmobilização nas bases sindicais do ponto de vista organizativo, a **unidade** na CUT, bem como a **disposição para combater** se transformam nas duas questões centrais que possibilitam o sucesso da jornada.

A greve geral está na ordem do dia. É preciso prepará-la com entusiasmo e espírito guerreiro. Ampliar as forças de apoio para o embate. Convocar o povo para se opor decididamente à desgraça collorida. Devemos transformar o primeiro de maio num dia de arregimentação da greve geral, o dia do grito de classe dos oprimidos de todo o mundo.

Toda a força para a greve geral contra o governo Collor



Os operários dizem não ao arrocho

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Sob o signo da submissão

Antonio Martins

O acordo firmado no início do mês com os credores da dívida externa não implica apenas em prejuízos financeiros para o Brasil. Ele exprime o drama vivido pelo país no momento em que as elites abandonam por completo a defesa dos interesses nacionais, e caminham no sentido oposto ao que poderia ser indicado por uma análise mais profunda da conjuntura mundial.

Oito meses depois de ser agraciado com o título pomposo de "embaixador especial da dívida externa", e de ter sido encarregado pelo presidente Collor de encontrar uma "solução definitiva" para o problema, o ministro Jório Dauster firmou com o comitê dos bancos credores, no último dia 8 um primeiro compromisso. O acerto refere-se não ao conjunto da dívida brasileira, mas apenas ao pagamento dos títulos que venceram e não foram pagos desde a moratória técnica adotada por Sarney em 89. No entanto seu conteúdo, e as circunstâncias em que foi firmado, devem ser vistos como um emblema de tragédia a que estará submetido o país, enquanto prevalecer a política que prega a integração ao primeiro mundo mas vê no recurso aos capitais externos a única saída capaz de levar ao desenvolvimento.

A própria assinatura de um acordo parcial revela o primeiro grande recuo. Em agosto do ano passado a ministra Zélia e o embaixador Dauster foram ao Congresso Nacional para dizer que a estratégia do governo, na negociação que se iniciava, era rejeitar as pressões pelo pagamento dos atrasados, e firmar a política de só quitá-los após um reescalonamento global de toda a dívida. Ao

contrário do que ocorrera até então, a nova administração estava disposta a estabelecer uma relação madura com o capital externo. Esta postura mais "moderna", que rejeitava confrontos inúteis, garantiria em contrapartida o respeito dos credores, e os convenceria a partir para uma renegociação vantajosa para ambas as partes.

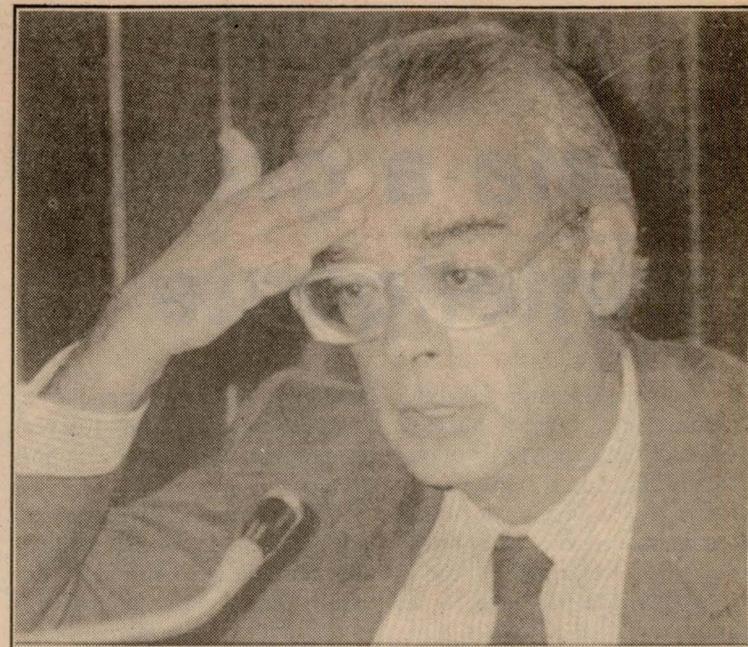
Em poucas semanas ficaria clara a enorme dose de ilusão contida neste raciocínio. Irritados com a proposta brasileira de "renegociação global", que previa reduções e adiamentos no pagamento de juros, os banqueiros passaram a restringir as linhas de crédito de curto prazo, que financiam exportações e importações. O comércio externo ficou ameaçado de colapso, e o governo, que tinha como princípio básico a "integração" do Brasil à economia mundial não teve outra saída a não ser sentar-se à mesa para debater exclusivamente o pagamento de atrasados.

As negociações duraram meses. Na reta final, o embaixador Dauster chegou a passar semanas seguidas em Nova York, para participar de sessões intermináveis de debates. E o acordo finalmente assinado traz a cada ponto um novo recuo em relação aos princípios solenemente anunciados a

Nação há menos de um ano.

Primeiro recuo é a própria negociação separada dos atrasados

O primeiro deles refere-se ao pagamento em dinheiro de atrasados. 25% da dívida vencida, cerca de 2 bilhões de dólares, serão pagos ainda este ano: 900 milhões à vista e o restante em prestações mensais, até dezembro. Estes desembolsos não estavam previstos na exposição feita por Zélia e Dauster no Congresso Nacional, e não poderão deixar de comprometer as reservas internacionais do Brasil. O mais grave, contudo, é que ocorrerão no momento em que se prevêem novas negociações, desta vez para discutir o reescalonamento dos cerca de 50 bilhões de dólares da dívida pública de médio e longo prazo não-vencida. Esta negociação fundamental ocorrerá, portanto, em condições de enorme vantagem para os banqueiros. Por um lado, eles estarão recebendo regularmente as prestações mensais de atrasados pagas pelo Brasil; por outro negociarão com um país com reservas internacionais em rápido declínio, e portanto com grandes dificuldades para impor qualquer



Jório Dauster: um recuo após o outro, em meses de negociação

ponto-de-vista.

O segundo recuo é a aceitação de taxas flutuantes de juros para a dívida. Ao debaterem com o Congresso Nacional, Zélia e Dauster deixaram claro que contavam com o estabelecimento de taxas fixas, ao menos nos primeiros anos de vigência de um futuro acordo. Chegaram a distribuir entre os parlamentares uma planilha que fazia previsões para as remessas de juro ano a ano, até 2035. A capacidade de prever os desembolsos anuais, argumentavam, era essencial para a própria definição de políticas econômicas mais estáveis.

O item, que consumiu boa parte das semanas finais da negociação que terminou dia 8, terminou também com vitória dos banqueiros. Dos 8 bilhões de dólares em atraso, o que for pago em 1991 será transformado em títulos com prazo de dez anos de pagamento, com juros flutuantes fixados pela taxa de Londres mais comissões para os banqueiros equivalentes a quase 1% ao ano. Num ato de concessão insignificante, os banqueiros concordaram em estabelecer, durante os primeiros anos de vigência do acordo, limites máximos para estas taxas de juros. Tais limites são, porém, aproximadamente iguais aos patamares em que se situam estas taxas hoje. Além disso, mesmo esta pequena concessão teve uma contrapartida: foram fixados limites mínimos de juros, o que equivale a dizer que mesmo que a taxa de Londres caia abaixo de um índice o Brasil estará obrigado a pagar o piso fixado no acordo.

Na privatização, papéis valem o triplo da atual cotação de mercado

A transformação da dívida vencida em bônus abre caminho para mais lesão aos interesses do país. Trata-se de uma cláusula incluída no acordo para permitir

que tais bônus sejam utilizados no programa de privatização das estatais. Além de implicar em evidente desnacionalização da economia brasileira, o item representa favorecimento inaceitável aos credores. É que ao serem convertidos em ações das estatais os títulos sofrerão um "deságio" (desconto) de apenas 25% de seu valor. Quando se sabe que no mercado secundário da dívida estes títulos têm hoje deságio de cerca de 80%, fica fácil calcular que o Brasil pagará, pelos papéis em poder dos bancos interessados em comprar estatais, aproximadamente o triplo da cotação internacional.

As elites brasileiras, que aplaudiram o governo Collor quando ele prometeu a "renegociação definitiva" da dívida, voltaram a elogiá-lo agora, quando ele recuou em todos os pontos da posição anteriormente sustentada. A assinatura do acordo com os credores foi vista com grande alívio pelas lideranças empresariais e saudada no Senado pela oposição conservadora. O importante, diz o pensamento da direita, é normalizar as relações do Brasil com a comunidade financeira internacional, e permitir o reinício de um grande fluxo de capitais para o país.

Triste ilusão. Um documento produzido recentemente por técnicos da secretaria nacional de Política Econômica revela com clareza meridiana que, embora quase todos os países do terceiro mundo tenham concedido facilidades inéditas aos investimentos estrangeiros nos anos 80, a tendência foi e é de fuga em massa de capital destes países. Até 1981, mostra o trabalho, 39% das transferências de capital entre nações eram destinadas aos países em desenvolvimento. Após uma década de concessões destes países aos postulados neoliberais, contudo, a situação havia degradingado, ao invés de melhorar. Em 1990, apenas 9% do fluxo internacional de capitais tinha para o terceiro mundo.

O Brasil ampara as multinacionais

Um dos argumentos mais frequentes dos que defendem a internacionalização da economia brasileira é a suposta possibilidade que ela abre de "atrair" capital estrangeiro - dinheiro, máquinas, tecnologia. Ao presidente do BNDES, Eduardo Modiano, deve ser creditada a honra de ter anunciado, na semana passada, a medida que revela de forma inédita a inconsistência brutal deste raciocínio.

Modiano comunicou, em 22/4, que dias antes havia

liderado a mudança no Regulamento Geral de Operação da instituição que preside, para permitir que doravante o banco passe recursos também para as multinacionais.

Criado para fomentar o desenvolvimento de setores da economia carentes de capitais mas indispensáveis ao progresso do país, o BNDES empresta dinheiro a juros sempre subsidiados. Até há alguns dias, contudo, não podia conceder empréstimos às múltis, porque tal

prática representaria o desenvolvimento óbvio ao argumento de que estas empresas instalassem no Brasil precisamente para "trazer" capital.

O mais incrível é que, sempre segundo Modiano, o Brasil poderá até mesmo pedir empréstimos externos, para sustentar as linhas de financiamento às múltis. Ao se concretizar esta hipótese, estará estabelecido um instrutivo mecanismo: o país tomará dinheiro no exterior a juros altos e flutuantes, para colocar nas mãos das empresas estrangeiras aqui instaladas, a juros fixos e subsidiados pelo suor dos trabalhadores.